



O ENSINO MÉDIO NAS ESCOLAS RURAIS DE JATAÍ, UMA GESTÃO COMPARTILHADA

Mara Sandra de Almeida¹
Luciene Lima de Assis Pires²

¹Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Goiás – Câmpus Jataí / marassandra@gmail.com

²Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Goiás – Câmpus Jataí / lucienepires@gmail.com

Resumo:

Esta pesquisa tem como tema: O ensino médio nas escolas rurais de Jataí, uma gestão compartilhada. Neste estudo, investigamos e analisamos a realidade de três escolas rurais de Jataí: Escola Municipal Professor Chiquinho, Escola Municipal Campos Elísios e Escola Municipal Romualda de Barros, enfocando a gestão administrativa delas, que é compartilhada entre o Município e o Estado, dando especial atenção ao ensino médio, cuja gestão está a cargo da direção de uma escola estadual cidadina. Nosso objetivo é verificar como se dá a gestão compartilhada neste contexto e suas influências sobre a educação ofertada no ensino médio rural, analisando o enfoque que estas escolas dão a este nível de ensino e suas finalidades previstas na LDB, principalmente quanto à preparação básica para o trabalho e para a cidadania, bem como verificando se a educação ofertada está voltada para a realidade do campo ou para a possibilidade de deixar o campo.

Palavras-chave: Educação Rural; Gestão Compartilhada; Ensino Médio.

1. Introdução

A educação do campo é tema de vários estudos realizados no meio acadêmico e, de modo geral, o retrato que se apresenta é o de que a educação ofertada nas escolas localizadas nas áreas rurais nada mais é do que a reprodução do modelo de educação ofertado nas escolas do meio urbano, não sendo, portanto, adequada ao meio rural.

O município de Jataí possui oito escolas rurais: Escola Municipal Clobertino Naves da Cunha, Escola Municipal Nilo Lottici, Escola Municipal Romualda de Barros, Escola municipal Campos Elísios, Escola Municipal Professora Maria Zaiden, Escola Municipal Professor Chiquinho, Escola Municipal Rio Paraíso III e Escola Municipal Boa Vista. Embora todas estas escolas sejam municipais, o ensino médio, responsabilidade do Estado é ministrado nas seis últimas, sob a administração da direção da Escola Estadual José Feliciano Ferreira.

Segundo Leal (2011), a gestão das escolas rurais de Jataí, até o ano de 2008, era responsabilidade exclusiva da Secretaria Municipal de Educação, e, a partir de 2009, celebrou-se um convênio de gestão compartilhada entre esta e a Secretaria Estadual de

educação, por meio do qual o sistema municipal de educação, deixou de se responsabilizar pela oferta de vagas para a segunda fase do ensino fundamental e para o ensino médio nas escolas rurais. A oferta dessas vagas passou então a ser responsabilidade do sistema estadual, que não dispunha de nenhuma estrutura física na área rural de Jataí. Portanto, por meio do convênio, ministram-se a segunda fase do ensino fundamental e o ensino médio nas dependências das escolas municipais rurais, porém sob a responsabilidade do Estado.

De acordo com o convênio, o Município se responsabilizaria por emprestar a estrutura física, custear 50% dos gastos com o funcionamento das escolas e os gastos com os professores da educação infantil e da primeira fase do ensino fundamental, ao Estado, portanto, caberia custear os outros 50% dos gastos com o funcionamento das escolas e os salários dos professores da segunda fase do ensino fundamental e do ensino médio.

Quanto à estrutura administrativa das escolas rurais de Jataí, Leal et.al. (2011) destaca que os alunos que ficaram sob a responsabilidade do município continuaram sob a administração dos gestores que já dirigiam estas escolas, enquanto que os demais alunos, responsabilidade do Estado, ficaram sob a administração da direção do Colégio Estadual José Feliciano Ferreira, situado na área urbana do município. Isto porque a gestão compartilhada foi uma medida emergencial e não houve tempo para que a Secretaria Estadual organizasse uma estrutura administrativa para cada escola. Assim, a segunda fase do ensino fundamental e o ensino médio das escolas do campo tornaram-se uma extensão da escola da cidade.

Diante desta realidade apresentada, investigamos como se configura esta gestão compartilhada em três escolas rurais de Jataí, suas implicações no modelo de educação ofertado por elas, mais especificamente, no ensino médio.

2. Educação rural no Município de Jataí

A educação do campo é uma temática cujo debate cresce nos últimos tempos, principalmente nos movimentos sociais. Este tema também desperta o interesse de estudiosos no meio acadêmico, que voltam suas atenções para o novo cenário que se apresenta no meio rural, onde

Inovações técnicas e organizacionais na agricultura concorrem para criar um novo uso do tempo e um novo uso da terra. O aproveitamento de momentos vagos no calendário agrícola ou o encurtamento dos ciclos vegetais, a velocidade da circulação de produtos e de informações, a disponibilidade de crédito e a preeminência dada à exportação constituem, certamente, dados que vão permitir reinventar a natureza, modificando solos, criando sementes, e até buscando, embora pontualmente, impor leis ao clima. Eis o novo uso agrícola do território no período técnico-científico-informacional (SANTOS e SILVEIRA, 2008, p. 118).

Historicamente, o campo é visto como oposto à cidade, enquanto esta é sinônima de modernidade, aquele é considerado como atrasado. Assim o urbano se sobrepõe ao rural, gerando uma situação de opressão. Diante disto, ao discutirmos a educação no meio rural, não podemos ignorar as contribuições de Freire (1997), que propõe uma educação voltada para os interesses populares, por meio da qual os oprimidos possam se libertar desta condição, tornando-se seres autônomos, capazes de construir seus próprios saberes.

Considerando que o reconhecimento e a valorização da identidade cultural dos educandos são de suma importância para que eles se assumam como seres históricos, sociais, pensantes, transformadores e criadores, acreditamos que se deve pensar a educação rural a partir da realidade da população rural, aproximando-se assim os conteúdos às realidades vivenciadas neste meio.

Uma educação voltada para a formação da cidadania plena deve possibilitar a realização pessoal do aluno, sua qualificação para o trabalho, bem como para a participação social e política. Para isso ela precisa voltar-se para os interesses e a realidade do aluno, conforme assegurado na Lei de diretrizes e Bases da Educação:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL/MEC, LDB 9.394/96 1996).

A lei é clara quanto à adequação da educação ofertada nas escolas rurais à realidade na qual se insere. De acordo com a LDB 9.394/96 1996 é dever do Estado a oferta da educação básica para toda população; a garantia de que os conteúdos curriculares e metodologias estejam de acordo com realidade dos educandos e a garantia de que os espaços educativos, possam organizar seus calendários de acordo com as atividades e trabalhos desenvolvidos na comunidade.

Silva et. al. (2010) afirma que

[...]essa vinculação entre o que é aprendido na escola e o cotidiano de cada realidade permitirá que as escolas rurais se tornem locais de produção de conhecimento de relevância para os saberes sociais do camponês Jataiense. Só uma escola organizada de acordo com a realidade de seus alunos, contribui para que essas pessoas possam exercer a sua cidadania (p. 22).

Diante disso, questionamos: As escolas rurais de Jataí estão obedecendo o que prevê a legislação? Elas estão organizadas de forma que atendam aos anseios e às necessidades dos

seus educandos? Elas possuem Projeto Político Pedagógico, pensado e elaborado em consonância com a realidade na qual estão inseridas? Seus calendários acadêmicos levam em conta a realidade do campo?

Em nosso estudo, pesquisamos e analisamos a realidade de três escolas rurais de Jataí: Escola Municipal Professor Chiquinho, Escola Municipal Campos Elísios e Escola Municipal Romualda de Barros. A escolha destas instituições tomou por base os seguintes critérios: todas elas ofertam o ensino médio, elas estão inseridas em realidades diferentes. Sendo que duas delas estão inseridas em duas fazendas localizadas em regiões distintas e a outra localiza-se em um povoado, mas atende à comunidade rural da região.

Focamos nossos estudos na gestão administrativa destas instituições, compartilhada entre Município e Estado, dando especial atenção ao Ensino Médio, cuja gestão está a cargo do Estado - que as transformou em uma extensão da escola da cidade – a fim de verificar se esta extensão da escola da cidade no campo está adequada à realidade rural, e atende às suas especificidades.

As extensões acontecem da seguinte forma, os gestores do Colégio Estadual José Feliciano Ferreira gerem também a parcela de responsabilidade do Estado nas escolas rurais. Eles mantêm em cada uma das extensões um coordenador pedagógico sob suas orientações e coordenam cada uma das escolas de forma itinerante, seguindo o Plano Político Pedagógico (PPP) da escola citadina (LEAL et.al. 2011, p. 10).

De acordo com a LDB 9.394/96, são finalidades do ensino médio, a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando ao educando prosseguir seus estudos, a preparação básica para o trabalho e para a cidadania do educando, afim de que ele possa continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou de aperfeiçoamento posteriores.

Tomando por base, a LDB, tanto no que se refere ao atendimento das especificidades do meio rural, quanto às finalidades do ensino médio, consideramos pertinente verificar como esta gestão atua, no sentido cumprir tais finalidades, sem perder de vista as especificidades apresentadas para este público.

Colégio Estadual José Feliciano Ferreira possui um PPP, sendo que a aplicação deste se estende às extensões situadas no meio rural. De acordo com o PPP, esta instituição de ensino se propõe a ser uma escola pública:

[...]de qualidade, que trabalha a educação como prática social transformadora. Em construção, pressupõe uma concepção de educação libertadora, através da

reestruturação curricular, gestão democrática, formação e valorização profissional, avaliação emancipatória e princípios de convivência fundados na ética do coletivo, que reconhece a individualidade de sujeito, que se educa educando. (COL. ESTADUAL JOSÉ FELICIANO FERREIRA, 2012, p. 46)

O PPP, em toda sua extensão é tratado de maneira ampla, aplicando-se tanto à escola da cidade quanto às extensões rurais, não propondo qualquer tratamento diferenciado para o meio rural. No entanto, considerando que a instituição declara adotar uma concepção de educação libertadora, acreditamos que haja abertura para um trabalho voltado para a realidade e especificidades do meio rural, conforme prevê a legislação.

Participamos do planejamento das escolas estaduais, para o ano de 2013, promovido pela Subsecretaria Estadual de Educação. Este evento ocorreu a nível estadual, sendo que em todas as salas o material trabalhado foi o mesmo. Os professores que trabalham com a educação rural participaram juntamente com os outros. Neste evento, foi apresentada uma proposta de currículo experimental da Secretaria Estadual de Educação, a ser seguida em todas as escola públicas estaduais, inclusive as do meio rural. Como esta proposta foi pensada para as escolas de um modo geral, não se atém às especificidades da comunidade rural. No evento, não percebemos preocupação com este aspecto nem por parte dos professores e nem dos coordenadores pedagógicos.

3. Considerações Finais

Estamos ainda no início de nossa pesquisa. Até este momento não percebemos nenhuma preocupação explícita com as especificidades do meio rural. Tanto o PPP, quanto o planejamento, para 2013, trataram a educação cidadina e rural, da mesma forma, de maneira ampla, não se atentando a nenhuma especificidade do meio rural. No entanto, não se pode afirmar que esta educação ofertada não atenda aos anseios da comunidade rural. Para isso, precisamos nos aprofundar mais em nossa pesquisa, buscando conhecer a realidade os alunos do meio rural, bem como as escolas ali instaladas, e o trabalho educacional, nelas realizado.

Também percebemos que ainda precisamos nos aprofundar mais nos estudos já realizados sobre o meio rural, a educação rural, gestão compartilhada e ensino médio, a fim de obter mais subsídios para uma análise mais fundamentada destas questões que permeiam nossa pesquisa.

4. Referências

BRASIL. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

COL. EST. JOSÉ FELICIANO FERREIRA. Projeto Político Pedagógico. Jataí, 2012. (arquivo digital).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

LEAL, Cátia Regina Assis Almeida et. alli. Realidade educacional das escolas rurais do município de Jataí-GO. **Anais do XVII CONBRACE e IV CONICE**. Porto Alegre RS, 2011. Disponível em <
http://cbce.tempsite.ws/congressos/index.php/XVII_CONBRACE/2011/paper/view/2853/1591> Acesso em 09/06/2013.

SILVA, João Paulo dos Santos et. al. Currículo: escola rural jataiense. **Anais da 7ª Semana de Licenciatura**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Campus Jataí, 2010. Disponível em <
<http://www.jatai.ifg.edu.br/semlic/seer/index.php/anais/article/view/74/trabcompleto02>> Acesso em 09/06/2013.

SANTOS, Milton & SILVEIRA Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.